

POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE: TESSITURAS SOBRE A MENSURAÇÃO DO APRENDIZADO E RENDIMENTO ESCOLAR

Maria Leonilde da Silva¹

RESUMO

Neste trabalho faremos uma discussão sobre o impacto que as avaliações em larga escala vêm exercendo sobre o cotidiano escolar. Nosso intuito é analisarmos como a avaliação vem sendo pensada e as mudanças provocadas no interior dos espaços escolares, mudando a forma como alunos(as), pais(mães), professores(as) e escola como um todo têm conduzido e pensado o processo de ensino e aprendizagem a partir da avaliação. Para isso realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, buscando identificar a relação entre a adoção de políticas educacionais diretamente com os resultados explicitados pelos testes em larga escala, bem como os óbices causados no ambiente escolar e em seus sujeitos. Temos como arcabouço teórico Afonso, Arroyo, Libâneo, entre outros que respaldaram nossa pesquisa. Compreendemos que o processo de avaliação precisa ser analisado, seus reais objetivos devem ser discutidos e explicitados, assim pode vir a contribuir para uma aprendizagem significativa e a inclusão efetiva dos sujeitos escolares.

Palavras-chave: Avaliação, docentes, estudantes, escola.

INTRODUÇÃO

A educação brasileira enfrenta muitas dificuldades há algum tempo, entre elas podemos citar os baixos índices de aprendizagem especialmente em Língua Portuguesa e Matemática -, medidos por avaliações internas e externas-, distorção idade/série, analfabetismo funcional, desvalorização do professor, entre outros. Problemas que se arrastam há muito tempo e atingem sujeitos em diferentes níveis de ensino.

Na tentativa de reparar estes problemas são elaboradas políticas educacionais, ou seja, um conjunto de medidas ou ações que têm como objetivo trazer algum benefício que perpassa pelo processo educacional dos sujeitos nele envolvidos. Embora tenham sido pensadas como uma forma de solucionar as dificuldades que as escolas enfrentam no que concerne à aprendizagem dos(as) estudantes, a forma como as políticas são conduzidas leva-nos a vê-las apenas como um meio para preparar alunos e alunas para

¹ Docente da rede municipal -PMJ-. Mestre em Formação de Professores pela Universidade Estadual da Paraíba. leonildehistoria@hotmail.com

²resolver as questões das avaliações internas e externas e assim melhorar os indicadores de suas referidas escolas.

Pois o que observamos muitas vezes quando da divulgação dos resultados das avaliações em larga escala é a responsabilização do(a) docente, sendo este(a) considerado(a) muitas vezes incapaz, desinteressado(a) ou preguiçoso(a), tendo que responder por todos os problemas que envolvem a educação brasileira. Como se questões sociais, econômicas, culturais, de infraestrutura, não tivessem também seu peso na forma como a educação e a avaliação são pensadas e conduzidas dentro e fora do espaço escolar.

Partindo desta perspectiva, este trabalho² busca problematizar as políticas educacionais no contexto das avaliações de rendimento e sua interferência na formação docente, bem como seus impactos no cotidiano escolar.

METODOLOGIA

O ato de pesquisar não é realizado em vão ou aleatoriamente, quando fazemos pesquisa tentamos solucionar um questionamento, nosso objetivo é encontrar respostas para dúvidas suscitadas a partir da observação de um determinado problema. Não há ciência sem a atividade de pesquisa. De acordo com Prestes (2012), pesquisa designa um conjunto de atividades que pretendem revelar novos conhecimentos. Desse modo, pesquisar exige seguir alguns caminhos para responder aos objetivos traçados pelos pesquisadores.

Partindo desse pressuposto, a pesquisa aqui apresentada configura-se como bibliográfica, haja vista o debruçamento em vasto material escrito a fim de compreender a temática a ser estudada. Segundo Prestes (2012) esse tipo de pesquisa atende aos objetivos de alunos, em sua formação acadêmica, mas também de outros pesquisadores e possibilita a criação de novas proposições na tentativa de explicar a compreensão de fenômenos relativos a variadas áreas do conhecimento. É também uma pesquisa documental que destaca como categorias de análise as políticas educacionais, avaliação

² Recorte da dissertação de mestrado apresentada em 15/06/2021 ao Programa do Mestrado Profissional em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba.

e formação docente, tendo como arcabouço teórico leis que versam sobre as temáticas aqui apresentadas, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE) que consubstanciaram teoricamente nosso trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

Avaliação: conceito e seus desdobramentos no contexto atual

A avaliação acompanha estudantes, professoras e professores há muito tempo. Com algumas modificações, foi e ainda é utilizada como instrumento para promover os(as) estudantes a série ou ano seguinte. Desse modo, muito tem se discutido acerca da importância de uma avaliação inclusiva, que sirva tanto para os(as) docentes compreenderem e realizarem seu trabalho de forma consistente, como para estudantes avançarem no processo de aprendizagem. Entretanto, a inserção das avaliações em larga escala no contexto escolar tem trazido impactos para todos os agentes envolvidos nesse processo, especialmente alunos(as) e professoras(es) que são constantemente observados(as) e cobrados(as) a obterem bons resultados.

A partir dessa perspectiva apresentamos o conceito de avaliação a partir de alguns autores, assim como sua relevância no contexto educacional concomitante ao que é apresentado nas bases legais a fim de compreender seu escopo na construção das políticas educacionais. Buscando os pontos de convergência e divergência entre os conceitos apresentados e o caráter adquirido hoje pelas avaliações aplicadas na escola e suas implicações. De acordo com os autores citados a avaliação assume diferentes e importantes significados no cenário escolar, bem como atende a diversos interesses.

Segundo Hoffman (2012, p. 13): "o termo avaliação [...], refere-se a um conjunto de procedimentos didáticos que se estendem por um longo tempo e em vários espaços escolares, de caráter processual e visando, sempre, à melhoria do objeto avaliado". A avaliação adquire um papel importante no contexto escolar, pois é um meio para ajudar professor(a) e aluno(a) a construir caminhos para melhorar o processo de ensino e aprendizagem, de modo que não deve ser utilizada como um fim em si mesma ou como punição para o estudante. Nesse contexto, temos:

Avaliar, como parte de um projeto educativo, é diferente de medir. Medida refere-se à aferição, expressa em notas, conceitos ou menções, do aprendizado pretendido. Na tradição e no cotidiano das escolas, a medição tem sido mais

valorizada do que a avaliação – tanto que muitos alunos estudam para tirar nota, e não para aprender. Avaliar, por sua vez, reflete determinada concepção de educação, do papel do professor e do que é conhecimento (LIBÂNEO, 2012, p. 264).

Conforme Zabala,

Habitualmente, quando se fala de avaliação se pensa, de forma prioritária ou mesmo exclusiva, nos resultados obtidos pelos alunos. Hoje em dia, este continua sendo o principal alvo de qualquer aproximação ao fato avaliador. Os professores, as administrações, os pais e os próprios alunos se referem à avaliação como o instrumento ou processo para avaliar o grau de alcance, de cada menino e menina, em relação a determinados objetivos previstos nos diversos níveis escolares (1998, p.195).

Para Luckesi, [...] “o ato de examinar se caracteriza, especialmente (ainda que tenha outras características) pela *classificação* e *seletividade* do educando, enquanto que o ato de avaliar se caracteriza pelo seu *diagnóstico* e pela *inclusão*” (2011, p. 29).

A presença das avaliações no conjunto da educação brasileira começa a adquirir novas nuances a partir da década de 1990 com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O Saeb passou por várias estruturas até chegar ao formato atual, que contou com aplicação em 2019 de avaliação também na educação infantil, além da que é aplicada no ensino fundamental e no ensino médio. É um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao INEP diagnosticar a situação da educação brasileira, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino ofertado no país (BRASIL, 2018).

Desde os anos 90, as políticas de avaliação externa, com foco nos testes de larga escala, têm tomado a cena dos diferentes sistemas educativos estaduais ou municipais no Brasil, direcionando os currículos, definindo aquilo que vai ser ensinado nas escolas, criando os *standards* de aprendizagem (FERNANDES, 2012, p. 98).

O Saeb tem como objetivo avaliar a qualidade da educação brasileira por meio da aplicação de questionários e avaliações realizadas nas escolas. A princípio apenas os dados referentes às escolas públicas eram contabilizados, a partir de 2017 as escolas particulares também começaram a fazer parte da base de dados do sistema. Os dados obtidos sobre aprovação dos alunos através do censo escolar realizado anualmente, somados aos índices de desempenho contabilizados pelo Saeb compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Sobre o Ideb, Oliveira (2014) pontua que ao reunir o fluxo escolar e a média de desempenho nas avaliações como parâmetro de qualidade da educação perde-se a objetividade, pois estas são variáveis pouco objetivas no contexto da educação brasileira, onde estados e municípios tem certa autonomia para definir políticas educacionais. A autora afirma ainda que: “o Ideb vem sendo utilizado em muitos municípios e estados brasileiros como instrumento de avaliação indireta dos docentes (já que quem responde os testes são os alunos), com incidência direta sobre sua remuneração”(2014, p. 454). Se os conhecimentos dos alunos são avaliados, automaticamente o fazer docente também é, de modo que precisa exercer sua atividade no sentido de preparar os estudantes para a realização destes testes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) no seu 9º artigo, inciso VI esclarece que é incumbência da União “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade de ensino”(BRZEZINSKI, 2014, p. 397). O Plano Nacional de Educação (2014-2024) em seu Artigo 11 determina:

O sistema nacional de avaliação da educação básica, coordenado pela União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Como podemos perceber no que rege os documentos, a avaliação adquire um papel importante no andamento das atividades escolares, condicionando diferentes comportamentos e formas de participação de todos(as) que estão envolvidos(as) nesse processo, definindo o que é qualidade da educação e as intervenções que serão implementadas no âmbito escolar a partir dos resultados dessas avaliações. Isso exige reflexão acerca da importância e especialmente da aplicação desses testes em larga escala no contexto escolar atual, haja vista a determinação de estratégias a partir dos resultados contabilizados.

No cenário da avaliação relacionada ao processo de alfabetização o país aplica a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). Dirigida aos estudantes que estão no 3º ano do ensino fundamental esta é “uma avaliação externa que objetiva aferir os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática

destes estudantes. [...] As provas aplicadas aos alunos forneceram três resultados: desempenho em leitura, desempenho em matemática e desempenho em escrita” (Inep, 2019). Os resultados mostrados por esta avaliação serviram de base para a criação de políticas educacionais voltadas exclusivamente para os anos iniciais do ensino fundamental, temos como exemplo o Pacto nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

A relação entre a aplicação de uma ”provinha” e a garantia da alfabetização das crianças no máximo aos oito anos de idade expõe desconhecimento das discussões e práticas relacionadas à aprendizagem infantil e ao processo de alfabetização. Essa proposta expressa a permanência de uma perspectiva redutora da infância, aliada a uma concepção mecanicista de alfabetização que fortalece sua dimensão técnica e ofusca as vertentes histórica e sociocultural que a constituem (ESTEBAN, 2015, p.126).

A Prova Brasil é também uma política de avaliação brasileira, criada em 2005 com a finalidade de avaliar as habilidades dos estudantes do 5º e 9º do ensino fundamental nas disciplinas de Língua Portuguesa (principalmente leitura) e Matemática (resolução de problemas).

A defesa dessas avaliações no cenário educacional brasileiro ganha cada vez mais força ao se fazer presente nos documentos oficiais. De acordo com o Plano Nacional de Educação (2014-2024) que na meta 7 vincula diretamente a qualidade da educação ao Ideb, as estratégias 7.11 e 7.36, apontam respectivamente: “melhorar o desempenho dos alunos da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA, tomado como instrumento externo de referência, internacionalmente reconhecido”...; “estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no Ideb, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar” (BRASIL, 2014, p. 7-9).

Uma das prerrogativas do Ideb é o estabelecimento de metas para a educação brasileira a partir dos resultados apresentados nas avaliações em larga escala e assim elevar a qualidade da educação a níveis apresentados pelos países desenvolvidos. Já que tomamos como parâmetro países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da qual fazem parte 35 países, - a maioria ricos e desenvolvidos -, e alguns países convidados, entre eles o Brasil. As notas obtidas por esses países no Programa Internacional Avaliação de Alunos (Pisa), é o resultado que o

governo brasileiro pretende alcançar. A respeito do Pisa podemos citar Carvalho (2009, p. 1010), que diz:

Laçado em finais dos anos de 1990, o Programme for International Student Assessment (PISA) é um dispositivo de avaliação comparada internacional das performances dos escolares que se vem afirmando, ao longo da presente década, como um dos principais meios de acção da OCDE no campo educativo. A agência apresenta-o como um estudo que pretende responder às exigências dos países membros, no sentido de, com regularidade, disporem de dados fiáveis sobre os conhecimentos e as competências dos seus alunos e, conseqüentemente, sobre o desempenho dos seus sistemas de ensino.

Levando em conta o fato de nossas políticas convergirem no sentido do que determina (OCDE) e conhecendo um pouco da realidade dos países que integram a organização, alcançar a qualidade de ensino apresentada por estes parece muito distante. Mais ainda, conhecendo nossa realidade social e educacional, esse é um caminho longínquo. É importante salientar que a conformação a essa tendência parte da aliança (como já foi dito anteriormente) com organismos internacionais, de modo que são estes a ditar as regras, desconsiderando toda a realidade e necessidade das escolas brasileiras e seus agentes. Embora reconheçamos a importância destas alianças, não podemos esquecer que temos nossas particularidades e estas devem ser consideradas quando da elaboração de políticas educacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Avaliação no ambiente escolar: eficácia x controle

Compreendendo a relevância da avaliação no cenário escolar, pensamos que ela deva ser aplicada a fim de oportunizar a inclusão dos(as) alunos(as) e garantir um ensino significativo a partir da atuação docente. Desse modo, torna-se imprescindível à escola identificar sua importância tanto para o(a) aluno(a) quanto para sua atuação como agente de transformação e assim buscar entender: a quem a avaliação beneficia? Quais interesses ela atende? O que se pretende alcançar com ela? O entendimento destas questões pode ajudar aqueles que estão na ponta do processo de ensino e aprendizagem a caminharem juntos no sentido de determinar os meios a fim de garantir que ela contribua significativamente para o aprendizado dos(as) estudantes e para o fazer docente.

Considerando as mudanças pelas quais a educação vem passando, é preciso reconhecer que o processo de avaliação também sofre transformações, precisando adequar-se a objetivos que nem sempre reverberam numa melhor aprendizagem, tampouco em melhorias para escolas, estudantes e docentes. Entretanto, não se pode deixar que essas modificações passem despercebidas ou que seus resultados recaiam apenas sobre professores(as), escolas e alunos(as).

No campo educacional, a utilização de formas de avaliação (dos estudantes, das escolas e dos professores) tornou-se, nas últimas três décadas, peça principal das estratégias empreendidas pelos Estados Nacionais com o interesse de orientar a realização das mudanças em curso (ROSTIROLA, SCHNEIDER, 2016, p. 114).

Conforme observado nos documentos oficiais citados não se faz menção em melhorar a qualidade da educação atrelando-a ao conhecimento oferecido aos(as) estudantes, tampouco melhorando as condições físico-estruturais das escolas; e/ou investindo em salário digno para professores e professoras. Mas são ações ligadas apenas ao desempenho de alunos e alunas, bem como das escolas nos testes realizados, a fim de alcançar as médias estabelecidas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica para os sistemas de ensino.

É importante não somente atender as exigências de órgãos com os quais o país está alinhado, mas compreender como podemos nos situar e pertencer a esse conjunto sem descaracterizar nossas reais necessidades culturais, sociais e educacionais e assim aumentar ainda mais as lacunas educacionais presentes em nosso país. Mesmo que os interesses do Brasil em termos de educação pareçam convergir com os desses organismos faz-se necessário situar-nos no tempo e no espaço, compreendendo e buscando atender as demandas educacionais dos(as) estudantes brasileiros(as).

Assim, antes de querer que nos igualemos a nações que investiram e investem pesado em educação, - pois a consideram de extrema importância para seu desenvolvimento-, é preciso conhecer e buscar compreender nossas especificidades, dificuldades, e a partir daí descobrir os caminhos que podem ser trilhados, as metas e os papéis que os(as) envolvidos(as) no processo educacional devem desempenhar a fim de garantir uma educação de qualidade e reverter os fatores que têm contribuído para impedir o avanço educacional e social dos(as) estudantes brasileiros(as).

A aliança entre o Estado e diferentes organismos internacionais tem orientado ações que fogem da realidade de atores educacionais para atender as demandas políticas, econômicas e sociais perpetradas por esses organismos. As feições mercadológicas que têm permeado o processo educacional são responsáveis por essas intervenções e novas formas de pensar e fazer a avaliação. Conforme Imbernón (2016, p. 16):

Durante muito tempo e com a chegada do mundo produtivo empresarial, a qualidade foi interpretada como um conceito absoluto, próximo das dimensões de inato e atributo de um produto. No entanto, a educação que trabalha com sujeitos é produto? Pensamos que não.

Pessoas não são mercadorias, são sujeitos dotados de subjetividades, interesses e conhecimentos que os tornam únicos, assim não deveriam estar na escola para dar uma resposta através de números, especialmente sob o falso pretexto de igualdade de oportunidades quando sabemos claramente que as condições e circunstâncias de vida de cada um interferem no acesso a essas oportunidades que tampouco são iguais para todos.

Identificamos atualmente uma tentativa de controlar o trabalho realizado pela escola a partir das avaliações, conforme Apple “Actualmente vem-se exercendo uma enorme pressão para ter totalmente especificados de antemão e rigorosamente controlados tanto o ensino como os currículos, sobretudo no que se refere à eficiência, à *eficácia dos custos* e à *responsabilidade*.”[...] (1989b, p.159 apud AFONSO, 2009, p. 33). Acredita-se que esses são os caminhos para atingir uma qualidade significativa no campo educacional.

Ao considerar como critério de qualidade o desempenho dos alunos nos exames de português e matemática, ignoram-se outras dimensões fundamentais do processo educativo que devem ser desenvolvidas nas crianças e jovens. Mas, além disso, ao atribuir a ênfase aos resultados dos testes, é empobrecida a atividade docente, reduzindo-a ao treinamento e à perseguição de um foco mensurável. Perde-se aí a dimensão colaborativa e coletiva do trabalho docente, restringindo o foco ao ensino e aprendizagem de duas disciplinas, relevando os conteúdos próprios dessas disciplinas e desprezando outras dimensões do saber humano, necessárias e indispensáveis à vida em sociedade (OLIVEIRA, 2014, p. 456).

Não podemos negar a importância que a avaliação assume no cenário educacional, haja vista ser uma maneira de o professora e a professora acompanharem seu trabalho e o progresso dos(as) estudantes, buscando diferentes formas de integrá-

los. No entanto, atualmente não é com esse objetivo que vêm sendo aplicadas as avaliações. Hoje a avaliação tem servido como pretexto para premiar estudantes, docentes, escolas, municípios, justificando não só a aplicação de recursos financeiros, mas construindo uma representação imagética sobre estes indivíduos, bem como sobre o trabalho que realizam. Nesse sentido citamos:

Minha leitura desta avalanche de testes padronizados e políticas de premiação assume perspectiva semelhante. Afirmo que termina por conceber o processo educacional basicamente como ensino de alguns conhecimentos específicos, a sua dimensão cognitiva. Educar fica reduzido a ensinar. Ensinar a instruir. Instruir a preparar para ter êxito em testes padronizados. Processo este que termina reduzindo a educação a questões meramente operacionais (CANDAUI, 2015, p.19).

Partindo dessa perspectiva compreendemos que as avaliações em larga escala não dão conta de avaliar integralmente o sujeito, haja vista este possuir competências imprescindíveis a sua formação humana, ao passo que os testes padronizados limitam os conhecimentos adquiridos pelo(a) estudante ao longo do processo educacional, determinando a correspondência entre o que é exigido nos testes e as respostas apresentadas. Trazendo como consequência uma classificação que muitas vezes marca os(as) estudantes como incapazes e fracassados(as), acentuando ainda mais as desigualdades já existentes na conjuntura escolar.

Segundo Afonso (2009) os *juízos de excelência*³ ocorridos na escola e na sala de aula, contribuem para fabricar não apenas imagens, mas representações sociais positivas ou negativas, que podem levar a promoção ou estigmatização dos alunos, justificando a distribuição diferencial na hierarquia escolar.

Desta feita “um sistema de currículo e avaliações nacionais só ajuda a ratificar e exacerbar as diferenças de gênero, raça e classe, na ausência de recursos humanos e materiais diferentes” (APPLE, 2000, p.71), não só não resolvem os problemas que permeiam a educação brasileira como também não garantem a aprendizagem dos(as) estudantes.

Assim, as políticas educacionais baseadas em resultados de avaliações descaracterizam a relevância da educação para a vida de uma pessoa, desmerecem o trabalho do(a) professor(a) e ainda condicionam as escolas a competirem entre si, para descobrir quem ensina ou quem tem a melhor nota, descaracterizando a importância do conhecimento para o seu crescimento pessoal e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas que dizem respeito à educação brasileira certamente têm diversas causas, assim como podemos dizer que muitos são também os responsáveis por essas dificuldades, inclusive o próprio ambiente escolar e seus agentes. No entanto, não é isso que se percebe quando da implantação de ações para mudar esse quadro.

Porém, o questionamento que fazemos surge quando da percepção de que apenas as pessoas diretamente envolvidas no ambiente escolar - especialmente professores(as) e estudantes-, são considerados responsáveis pelos contratempos que caracterizam o fracasso escolar, assim como também são na maioria das vezes os únicos responsáveis diretos pela sua resolução.

O que observamos acerca da educação e seus problemas, alguns explicitados pelas avaliações, é que sob o falso pretexto de qualidade e melhores oportunidades para todos, existe uma exclusão e marginalização daqueles que ainda não são considerados capazes de fazer parte do processo, são justamente esses os que fracassam, os que “puxam para baixo” os índices de suas escolas, pois ainda não alcançaram os domínios ou conhecimentos necessários para avançar, parece que nem na escola, menos ainda na vida.

Acreditamos que do mesmo modo que diversas condições contribuem para desencadear o desenvolvimento educacional de uma criança, pensamos que muitos devem ser os motivos levados em conta na hora de pensar em como melhorar o ensino a ela oferecido, assim, a avaliação externa não deve ser a única alternativa para este fim.

Assim, não podemos negar a importância que a avaliação assume no cenário educacional, haja vista ser uma maneira de acompanhar tanto o trabalho do(a) professor(a) quanto do(a) estudante, e assim encontrar novos caminhos, caso este trabalho se mostre insuficiente ou incompleto. Portanto, faz-se necessário refletir sobre esse processo e buscar aplicá-lo de acordo com a realidade do ambiente escolar e os objetivos que se pretende alcançar para todos e todas que dele fazem parte.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação:** para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

AFONSO, Almerindo Janela. **Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável.** Crítica a accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares. Revista lusófona de Educação, 2009, v. 13, n. 13.2009. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/545>> Acesso em: 10 abr. 2021.

APPLE, Michael W. **Política cultural e educação.** Tradução de Maria José do Amaral Ferreira. São Paulo: Cortez, 2000.

AVALIAÇÃO NACIONAL da ALFABETIZAÇÃO. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/sobre-a-ana>> Acesso em: 15 jun. 2021.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL (1996), LDB – Lei 9.394/96. Estabelece Leis, Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. IDEB-apresentação. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb#:~:text=Ideb%20%C3%A9%20o%20%C3%8Dndice%20de,para%20a%20melhori%20do%20ensino>> Acesso em: 28 Jun. 2021.

BRASIL. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - LEI Nº 13.005/2014. Disponível em: < <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> > Acesso em: 12 Jun. 2021.

BRZEZINSKI, Iria. **LDB/1996 contemporânea:** contradições, tensões, compromissos/Iria Brzezinski (org.). – São Paulo: Cortez, 2014.

CANDAU, Vera Maria. Educação escolar: entre o “sequestro” e a “reinvenção”? *In:* CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana Beatriz (Orgs.). **Educação:** temas em debate. 1.ed. Rio de Janeiro: 7letras, 2015.

CARVALHO, Luís Miguel. Governando a educação pelo espelho do perito: uma análise do Pisa como instrumento de regulação. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1009-1036, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 25 Jun. 2021.

ESTEBAN, Maria Teresa. Provinha Brasil: reeditando a velha confusão entre avaliação e exame. *In:* CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana Beatriz (Orgs.). **Educação:** temas em debate. 1.ed. Rio de Janeiro: 7letras, 2015.

FERNANDES, Claudia. Exames de larga escala e políticas de accountability: impactos no cotidiano escolar. *In:* CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana Beatriz (Orgs.). **Educação:** temas em debate. 1.ed.- Rio de Janeiro: 7letras, 2015.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação infantil:** um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. – Porto Alegre: Meditação, 2012.

IMBERNÓN, Francisco. **Qualidade do ensino e formação do professorado:** uma mudança necessária. [Tradução: Silvana Cobucci Leite]. São Paulo: Cortez, 2016.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **IDEB**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/ideb>. Acesso em: 10 Maio. 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização/ José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi- 10 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. – 22. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Os docentes no Plano Nacional de Educação: entre a valorização a desprofissionalização. **Retratos da escola**- Brasília, v.8, n.15, jul./dez. de 2014, p. 447-461. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> Acesso em: 20 Maio. 2021.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico**: do planejamento aos textos, da escola à academia. – 4. Ed. – São Paulo: Rêspel, 2012.

ROSTIROLA, Camila Regina. SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Configurações do estado-avaliador e repercussões nas políticas educacionais brasileiras. **In**: Estado, políticas públicas e educação/ organizadores Maria de Lourdes Pinto de Almeida... [et al.]. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar/Antoni Zabala; tradução Ernani F. da F. Rosa – Porto Alegre: Artmed, 1998.